



GUIA DESMANTELAMENTO · 12 MIN

## Licenças e regulamentação no desmantelamento industrial

Todas as licenças e normas do desmantelamento industrial na Alemanha: BImSchG, GefStoffV, KrWG, direito da construção e segurança no trabalho em resumo.

### Lei federal alemã de proteção contra emissões (BImSchG)

A BImSchG (Bundes-Immissionsschutzgesetz, lei federal alemã de proteção contra emissões) é a lei central para a construção, a exploração e a desativação de instalações industriais. Quem desativa uma instalação sujeita a licenciamento tem de o comunicar à autoridade competente nos termos do § 15 BImSchG. A autoridade verifica se existem obrigações pós-encerramento, em especial a obrigação de repor o recinto da exploração num estado regular.

- § 15 BImSchG: comunicação de desativação pelo menos um mês antes da cessação da atividade
- § 5, n.º 3, BImSchG: obrigações pós-encerramento (prevenção de perigos, reposição)
- § 17 BImSchG: possibilidade de a autoridade impor determinações posteriores
- 4. BImSchV (4.º regulamento de execução da BImSchG): lista das instalações sujeitas a licenciamento, que determina o âmbito das obrigações

**Nota:** Instalações não sujeitas a licenciamento — Também as instalações não abrangidas pelo 4. BImSchV estão sujeitas ao dever geral do operador nos termos do § 22 BImSchG. Nesse caso, a desativação não exige uma comunicação formal, mas mantém-se a obrigação de evitar efeitos ambientais nocivos durante o desmantelamento.

### Regulamento alemão sobre substâncias perigosas (GefStoffV) e regras técnicas

Os edifícios industriais, sobretudo os construídos antes de 1995, contêm frequentemente substâncias perigosas como amianto, fibras minerais artificiais (FMA), hidrocarbonetos aromáticos policíclicos (HAP) ou bifenilos policlorados (PCB). O GefStoffV (Gefahrstoffverordnung, regulamento alemão sobre substâncias perigosas) regula o manuseamento destas substâncias e obriga o dono de obra a mandar efetuar uma investigação qualificada de substâncias nocivas antes de qualquer desmantelamento.

- TRGS 519 (regra técnica alemã para substâncias perigosas): amianto, trabalhos de demolição, descontaminação ou manutenção (trabalhos ASI)
-

TRGS 521: trabalhos de demolição, descontaminação e manutenção com lã mineral antiga

- TRGS 524: medidas de proteção em atividades em zonas contaminadas
- TRGS 559: poeiras contendo quartzo, relevante em trabalhos de demolição
- Certificado de competência segundo a TRGS 519, n.º 2.7, para empresas e pessoas responsáveis

**Nota:** Parecer sobre substâncias nocivas antes da primeira demolição — Nenhum desmantelamento pode começar sem um parecer qualificado sobre substâncias nocivas elaborado por um perito. O custo do parecer é marginal quando comparado com os riscos de responsabilidade decorrentes de um manuseamento inadequado de substâncias perigosas. Preveja 4 a 8 semanas para o parecer.

## Lei alemã da economia circular (KrWG) e direito dos resíduos

A KrWG (Kreislaufwirtschaftsgesetz, lei alemã da economia circular) define a hierarquia dos resíduos, que também tem de ser obrigatoriamente respeitada no desmantelamento industrial: prevenção antes da preparação para reutilização, antes da reciclagem, antes de outras formas de valorização e antes da eliminação. Para o desmantelamento, isto significa que os materiais têm de ser recolhidos separadamente, classificados e valorizados com a maior qualidade possível.

- § 6 KrWG: hierarquia dos resíduos, com cinco níveis e de cumprimento obrigatório
- § 50 KrWG: obrigação de comprovativos para resíduos perigosos (guias de acompanhamento)
- § 49 KrWG: obrigações de registo, entre outros, para produtores e operadores de gestão de resíduos perigosos
- AVV (Abfallverzeichnis-Verordnung, regulamento alemão da lista de resíduos): classificação segundo o código LER
- EBV (Ersatzbaustoffverordnung, regulamento alemão sobre materiais de construção de substituição): valorização de resíduos minerais como materiais de construção de substituição

**Nota:** Comprovativos eletrónicos (eANV) — Desde 1 de abril de 2010, o procedimento eletrónico de comprovativos através do portal eANV é obrigatório para os resíduos perigosos. Certifique-se de que a sua empresa de desmantelamento está registada no eANV e mantém os comprovativos corretamente. Lacunas nos comprovativos podem dar origem a coimas elevadas.

## Direito da construção e licença de demolição

A licença de demolição é emitida ao abrigo dos regulamentos de construção dos estados federados (Landesbauordnungen) e é, regra geral, necessária para edifícios comerciais e industriais. O pedido inclui o plano de demolição, os cálculos estruturais relativos à sequência de desmantelamento, as indicações sobre a eliminação dos resíduos e, em edifícios a partir de determinada dimensão, a comprovação de um coordenador de segurança e saúde (SiGeKo).

- Pedido de demolição à autoridade de fiscalização da construção competente
- Comprovação da estabilidade para a sequência de desmantelamento (é necessário um engenheiro de estruturas)
- Indicações sobre os destinos e as quantidades de resíduos
- SiGeKo segundo o BaustellV (regulamento alemão sobre estaleiros) em estaleiros com vários empregadores
- Participação dos vizinhos em demolições junto aos limites do terreno

**Nota:** Verificar a dispensa de licença — Em alguns estados federados, a demolição de determinados edifícios está dispensada de licença, bastando uma comunicação. Verifique o regulamento de construção do estado federado onde se situa a sua unidade. Mesmo com dispensa de licença, aplicam-se todos os requisitos materiais de segurança no trabalho, substâncias perigosas e eliminação de resíduos.

## Segurança no trabalho no estaleiro de desmantelamento

Os estaleiros de desmantelamento estão entre os ambientes de trabalho com maior risco de acidentes. A ArbSchG (Arbeitsschutzgesetz, lei alemã de segurança e saúde no trabalho), o BaustellV e as regras das associações profissionais de seguro de acidentes definem os requisitos mínimos. O dono de obra é responsável pela nomeação de um SiGeKo, pela elaboração do plano de segurança e saúde e pela comunicação prévia à autoridade de segurança no trabalho.

- Avaliação de riscos antes do início dos trabalhos (§ 5 ArbSchG)
- Nomeação de um SiGeKo em estaleiros com vários empregadores (§ 3 BaustellV)
- Comunicação prévia à autoridade competente (§ 2 BaustellV) quando os valores-limite são ultrapassados
- Plano de segurança e saúde com indicações sobre substâncias perigosas, proteção contra quedas e vias de circulação
- Uso obrigatório de EPI: proteção respiratória, proteção auditiva e vestuário de proteção consoante a atividade
- Formação regular de todos os trabalhadores, documentada e assinada

**Nota:** Certificação SCC como marca de qualidade — A certificação SCC (Safety Certificate Contractors) comprova que uma empresa cumpre de forma sistemática normas de segurança e saúde no trabalho. Os clientes devem ter em conta esta certificação na seleção de empresas de desmantelamento: é o padrão na indústria.

## Obrigações de documentação e comprovativos

As obrigações de documentação num desmantelamento industrial decorrem de diferentes áreas do direito e têm de ser reunidas num conceito global. As autoridades, os clientes e os futuros adquirentes do terreno precisam de comprovativos diferentes; um conceito de documentação estruturado poupa tempo e evita pedidos de elementos adicionais.

- Cadastro de substâncias nocivas e documentação da descontaminação com medições de libertação
- Comprovativos de eliminação: guias de acompanhamento (eANV), guias de receção, talões de pesagem
- Documentação de segurança: avaliações de riscos, comprovativos de formação, plano de segurança e saúde
- Documentação do desmantelamento: registo fotográfico, relatório diário, levantamento de quantidades
- Documentação ambiental: medições de emissões, de vibrações e de poeiras
- Documentação final: caracterização do solo, relatórios de análises, autorização de utilização

**Nota:** Respeitar os prazos de conservação — Os comprovativos relativos a resíduos perigosos são mantidos no registo e têm de ser conservados durante pelo menos três anos (§ 49 KrWG em conjugação com o NachwV, regulamento alemão sobre comprovativos de resíduos). A documentação da descontaminação deve ser arquivada de forma permanente, pois pode ser solicitada a qualquer momento em futuras transações do terreno ou pedidos das autoridades.

## Perguntas frequentes

### É necessária uma licença para qualquer desmantelamento?

Na maioria dos estados federados alemães, a demolição de edifícios comerciais está sujeita a licença. Mesmo quando se aplica uma dispensa de licença, os requisitos materiais de segurança no trabalho, de direito das substâncias perigosas e de eliminação de resíduos têm de ser integralmente cumpridos.

### Quem elabora o parecer sobre substâncias nocivas?

Um perito qualificado, com certificado de competência segundo a TRGS 519 e experiência na investigação de

substâncias nocivas em edifícios. O perito não pode ser a mesma entidade que a empresa de descontaminação executante: existe aqui uma separação entre investigação e execução.

### **Que sanções estão previstas para infrações ao GefStoffV?**

As infrações ao GefStoffV podem ser punidas com coimas até 50 000 euros. Em caso de colocação intencional em perigo de trabalhadores ou da vizinhança, há consequências penais. O dono de obra é responsável enquanto promotor dos trabalhos.

### **Quanto tempo demora um procedimento de licenciamento de demolição?**

Consoante o estado federado e a complexidade do projeto, há que contar com 4 a 12 semanas. Em instalações abrangidas pela BImSchG, o procedimento pode demorar mais, sobretudo se forem necessárias avaliações de impacto ambiental.

### **Fale connosco sobre o seu projeto**

Resposta em 24 horas nos dias úteis.

[info@sbs-rs.de](mailto:info@sbs-rs.de)

**+49 89 541 960 200** Ler online: [www.sbs-rs.de/rueckbau/ratgeber/genehmigungen-und-vorschriften](http://www.sbs-rs.de/rueckbau/ratgeber/genehmigungen-und-vorschriften)